

REPRESENTAÇÕES RACIALIZADAS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS E LITERÁRIOS DO FINAL DO SÉCULO XIX.

Isabel Silveira dos Santos¹
Marta Campos de Quadros²

Resumo: Nesse trabalho, pretendemos apresentar de forma breve, a análise de comentários encontrados em textos escritos por cronistas, jornalistas e estudiosos da literatura do Rio Grande do Sul sobre o teatrólogo Arthur Rocha (1859-1888)³ e, a partir desses textos, discutir como se construíram na cultura do final do século XIX representações racializadas de negros (as)⁴.

Palavras- chave: Representação, relações étnico-raciais, Estudos Culturais

¹Prefeitura Municipal de Osório; Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS
e-mail: pmo.isabel@yahoo.com.br

² . Universidade Federal do Rio Grande do Sul- PPGEDU- UFRGS; Faculdades Integradas de Taquara-FACAT e-mail: radiocapelinha@terra.com.br

³ Arthur Rodrigues da Rocha foi jornalista, ensaísta, poeta, orador, cronista, contista e dramaturgo. Apesar da sua curta existência (1859-1888), Arthur Rocha escreveu 14 (quatorze) peças de teatro, sete delas publicadas em três volumes intitulados *O Teatro de Arthur Rocha*, entre 1875 e 1884. As peças de teatro do dramaturgo Arthur Rocha foram encenadas no salão da Sociedade Floresta Aurora e também no Teatro São Pedro em Porto Alegre, por ocasião das comemorações do dia 13 de maio, pela comunidade negra, nos anos de 1895, 1904 e 1909. Suas peças foram também apresentadas em outras cidades do Rio Grande do Sul, como Taquari, Rio Grande, Triunfo e, fora do estado, nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Luis (MA), entre os anos de 1876 e 1908.

⁴ O termo “raça” deve ser entendido como uma construção político-social, como uma categoria discursiva que, através da linguagem, instituiu algumas marcas discursivas aos negros (as) e contribuiu (e ainda contribui) para organizar um sistema de exclusão sócio-econômica. O termo “negro” não será evocado para referir uma essência africana “transcendental”, presente naturalmente nos sujeitos, mas como um significado escorregadio e provisório circunstancial ao contexto histórico e cultural que, no Brasil, está intimamente ligado a uma noção de “cor”, criando “um matiz local, diverso e único, que coloca as questões raciais no Brasil em um espaço singular e inusitado” (KAERCHER, 2006, p. 107) que é utilizado para estabelecer a hierarquização dos indivíduos. Desse modo, o termo “negro” será entendido como um construto cultural não fixo, que pode basear-se em variados fatores, como o uso do corpo e de traços culturais associados à tradição afro-brasileira.



Conceituando

Nesse trabalho, assumimos como perspectiva teórico-metodológica o campo de teorização e investigação conhecido como Estudos Culturais que assumem que “a cultura é uma das condições constitutivas da existência das práticas sociais” e “que toda prática social tem uma dimensão cultural” (HALL, 1997, p. 33). Essa centralidade atribuída à cultura nos Estudos Culturais é também conhecida como *Virada Cultural*, no sentido de considerar que é através da linguagem e da representação que os significados são construídos socialmente e historicamente. Stuart Hall (1997) salienta que a representação é uma forma de produção de significados que ocorre através da linguagem e está articulada a um momento histórico e a uma cultura específica. O autor argumenta que:

[...] damos significados às coisas através da forma como as representamos- as palavras que usamos, as histórias que contamos acerca destas coisas, as imagens que produzimos, as emoções que associamos às mesmas, a maneira como classificamos e conceituamos, os valores que lhes damos”. (HALL, 1997, p. 4)

Neste sentido, a produção de significado não é fixa, estável e imutável, mas, ao contrário, o significado desliza e se adapta conforme o contexto, o uso e as circunstâncias históricas. De acordo com Hall, o significado está sempre sendo negociado e às vezes é severamente disputado e contestado pelos diferentes circuitos de significação em circulação. O autor destaca ainda que a representação, sempre produzida no interior de códigos, não tem outro significado que não seja aquele que lhe é discursivamente atribuído. Por último, Hall (1997) chama a atenção para o fato de que a representação exerce um poder constitutivo, formativo, na construção da vida social e política e na construção da identidade.

Essa noção de que a produção de significados se dá através da linguagem e de estratégias discursivas é central para entendermos como se estabeleceram no interior da cultura as representações racializadas do Outro negro (a) e como estas representações produzem significados diversos sobre as práticas culturais negras e sobre os sujeitos negros. Tomaz Tadeu da Silva (2005) sublinha que a representação esta “estritamente ligada a relações de poder” (SILVA, 2005, p. 91). Quem tem o poder de representar dita as regras de como o Outro será representado. É através dessa política de representação

que estereótipos e preconceitos sobre o negro são construídos e naturalizados, justificando-se o racismo e a discriminação étnico-racial.

Portanto, é importante entendermos como funciona este regime racializado de representação das diferenças, particularmente, examinando sua principal forma de constituição de significados, o estereótipo. Para Hall (1997), o estereótipo, como prática instituidora de significado, é um dos conceitos mais importantes para entendermos como se estabelece a representação da diferença racial. De acordo com Hall, o estereótipo utiliza-se destas caracterizações essencializando-as, exagerando-as, fixando-as: “o estereótipo reduz, essencializa, naturaliza e estabelece a diferença” (HALL, 1997, p. 258). Para Hall é o estereótipo que estabelece os limites entre o que deve ser considerado normal e aceitável e o que deve ser considerado anormal, indesejável. Na sua concepção, o estereótipo “faz parte da manutenção da ordem social e simbólica. [...] e estabelece uma fronteira simbólica entre o normal e o desvio, o normal e o patológico, o aceitável e o inaceitável, [...] o Nós e Eles” (HALL, 1997, p.258). Os significados estabelecidos através de estereótipos estão articulados às redes de poder e, neste sentido, sofrem deslocamentos de significados quando contestados por novos movimentos sociais e políticos e não devem ser entendidos como verdades absolutas. Por outro lado, Hall chama a atenção para o fato de o estereótipo ser uma forma hegemônica e discursiva de poder que compromete tanto aquele que o produz como o que é produzido por ele.

[...] o estereótipo (...) é um tipo particular de poder – uma forma hegemônica e discursiva de poder, que funciona tanto através da cultura, da produção de conhecimento, da imagem retórica e representação, quanto através de outros meios. “Além disso, é circular e compromete os “sujeitos” do poder” bem como aqueles ao qual são sujeitados. (HALL, 1997, p. 264).

Também Carlos Skliar e Silvia Duschatzky (2001) analisaram o estereótipo como uma estratégia discursiva de poder, “... produzida dentro de relações de poder, por meio de mecanismos de delegação: quem tem o direito de representar a quem; e de descrição: como os diferentes grupos culturais são apresentados.” (SKLIAR e DUSCHATZKY, 2001, p.122). Neste sentido, quem tem o poder de representar dita as regras de como o Outro é visto na esfera da cultura. Nesse processo de construção de significados, neste jogo de poder, sistemas classificatórios são produzidos e reproduzidos simbolicamente, geralmente em oposições binárias: o bom e mau, o bonito e o feio, o sagrado e o profano, o civilizado e o primitivo, o sujo e o limpo, branco e negro. O Outro,

geralmente, é constituído como uma inversão negativa do primeiro, e este, por sua vez, não existe fora, mas relacionado ao Outro.

Neste sentido, é interessante indagar como as representações sobre o intelectual Arthur Rocha, feitas por seus contemporâneos, possivelmente interpelaram o sujeito Arthur Rocha contribuindo para a constituição de sua identidade, assim como na construção das personagens negras das peças de teatro que produziu.

O Brasil dos oitocentos: um bando de idéias novas

Na segunda metade do século XIX o Brasil era conhecido internacionalmente pelo relato que pintores, viajantes e naturalistas faziam da sua “exuberante” natureza e pelas características particulares da composição étnica de sua população. O Brasil era ainda conhecido pela especificidade de sua organização política, econômica e social. Apesar de independente, o país era um império governado por um português; tinha uma economia basicamente agrária; era o último dos países a manter a escravização dos africanos e seus descendentes, e sua população era composta principalmente por negros e mestiços. Além disso, a Guerra do Paraguai expõe a carência de homens livres aptos para o serviço militar, a falta de investimentos na educação, na estrutura das indústrias e de transporte. Essas especificidades se colocavam para intelectuais brasileiros como incapazes de colocar o Brasil no “rol das nações civilizadas”, de possibilitar a construção de uma identidade nacional, já que o modelo de “nação civilizada” a ser perseguido era o dos países europeus, de população branca, de economia baseada na industrialização e no trabalho livre e assalariado. Desse modo, a construção de uma identidade nacional brasileira passava necessariamente pela discussão sobre a constituição étnica da sua população e pela necessidade do fim do sistema escravista.

O problema da identidade nacional fez emergir uma série de regras que prescreviam como atingir a “civilidade” almejada. Emergia nesse momento uma rede de instituições que tinham o objetivo de controlar, selecionar, organizar e distribuir o que era válido e o que não era válido dizer dentro desse regime de verdade que estava em construção. Conforme Lilia Moritz Schwarcz (1993) estabelece-se no país uma elite intelectual com atuação no contexto urbano, formada principalmente pela faculdade de direito de São Paulo, que adotava modelos liberais de análise, e pela faculdade de direito de Recife, onde predominava o darwinismo social. E é por esta última que penetram no país as idéias positivistas do filósofo francês August Comte, que vão atrair

a elite política e militar brasileira. Thomas E. Skidmore(1976) esclarece que o positivismo atraía a elite brasileira porque defendia,

um modelo de modernização, que explicava e justificava a continuada concentração do poder nas mãos da elite. A ênfase de Comte na família como elemento social básico era outra idéia atraente para aqueles brasileiros interessados na modernização, mas preocupados com o forte acento no individual que o pensamento liberal europeu introduzia e que implicaria, possivelmente, no enfraquecimento da família. (SKIDMORE, 1976, p. 29).

Positivismo, darwinismo social, liberalismo. Tudo parecia novo neste Brasil do final dos oitocentos. E neste contexto, esta também nova e emergente elite intelectual e profissional, “que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (SCHAWARCZ, 1993, p. 28), começa a adotar critérios raciais para justificar as diferenças sociais. Isto acontece principalmente a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), quando o fim do regime de escravização já era um fato, e acreditava-se que a “massa de negros africanos e seus descendentes” se tornariam “um perigo”, uma ameaça a “roupagem” de país “moderno” e “civilizado” que se pretendia dar ao Brasil. Na literatura, no teatro, nos jornais e no parlamento a escravidão como empecilho à modernização que se pretendia, tornava-se tema obrigatório e freqüente. A raça agora passa a ser questão de debate, pois estaria nesta questão o destino do país.

Baseado na teoria darwiniana de seleção natural, os intelectuais brasileiros acreditavam que o negro tenderia a desaparecer, pois, por ser “inferior”, de “intelecto limitado”, seria incapaz de chegar ao nível da civilização européia. Era o discurso da vitória do branco frente a uma inferioridade incontestável dos negros. Esta era a opinião do médico brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, referência para se estudar o pensamento brasileiro sobre a questão racial no final do século XIX e início do século XX:

é extremamente morosa, por parte dos negros a aquisição, da civilização européia. E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes moveu os povos brancos, a capacidade ou a **morosidade de progredir**, por parte dos negros, se torna equivalentes na prática. (RODRIGUES apud BROOKSHAW, 1983, p. 51). grifo meu.

Nina Rodrigues então, apresenta a miscigenação como solução para apressar esta “morosidade de progredir” dos negros. Está aí a especificidade que irá marcar a

produção sociológica brasileira: a ambigüidade, que ora vê na miscigenação a responsável pelo atraso do país ora como fator redentor da problemática da integração racial.

Contudo, ainda persistia o problema do mulato, que representava um parcela significativa da população e era considerado um “desequilibrado”, “não passível de regeneração“. Era necessária a aceitação de que “os “maus” hábitos africanos podiam ser extirpado dos mulatos e os hábitos brancos positivos neles inculcados” (BROOKSHAW, 1983, p. 52). Esta perspectiva deu origem a segunda possibilidade de transformar o Brasil num país branco, fugindo das previsões pessimistas: a imigração branca em quantidade suficiente para “branquear” o país.

Não podemos deixar de destacar que, embora tenham feito uso dessas teorias raciais, os intelectuais brasileiros não foram meros ventríloquos do que era pensado pelos europeus e norte-americanos. Aqui, as teorias raciais foram ressignificadas. “Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava” (SCHAWARCZ, 1993, p. 242).

Georges Reid Andrews (1998) esclarece que enquanto alguns intelectuais brasileiros aceitaram que na miscigenação haveria a predominância das características “inferiores” da raça africana, outros “imaginaram uma resposta extremamente criativa que na verdade levava o racismo científico um passo adiante” (ANDREWS, 1998, p. 212). João Batista de Lacerda e F.J. Oliveira Viana declaravam que quando os brancos misturavam seu “sangue” com o de não brancos, eram as características brancas que tenderiam a dominar no resultado destas uniões e com isso, com o tempo, a constante mistura racial “eliminará” as características africanas e indígenas e produziria o “branqueamento” final do Brasil.”(ANDREWS, 1998, p. 212).

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz à medida que intensificava a imigração européia, a população brasileira 'embranquecia'. Assim, “em 1798, a população escrava representava 48,7%, ao passo que em 1872 passava a 15,2% -, a população negra e mestiça tendia a progressivamente aumentar, correspondendo, segundo o censo de 1872, a 55% do total, enquanto no censo de 1890 na região sul e sudeste, devido à imigração européia, a população branca representava 61% do total e no resto do país os mestiços totalizavam 46%.” (SCHAWARCZ, 1993, p. 13).

Assim, o contexto do final do século XIX e início do século XX foram marcados pela circulação de teorias raciais possibilitaram o surgimento de práticas discursivas e não discursivas que criaram determinados conhecimentos sobre as relações étnico-

raciais, moldando a forma como os sujeitos daquele período histórico específico passaram a defender determinada posição de nação a ser construída.

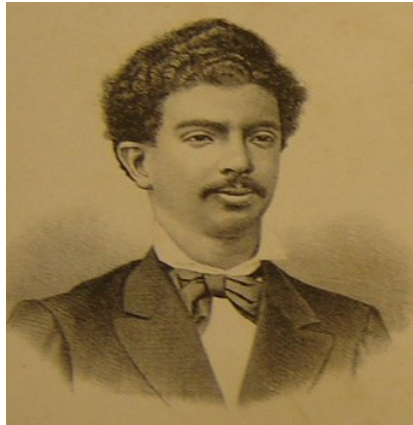
Racializando o sujeito Arthur Rocha

De acordo com Stuart Hall (2003), a identidade dos sujeitos é resultado de uma política de representações, que inclui tanto a forma como o próprio sujeito se representa, como também a forma como ele é representado pelos Outros. Início com a análise das representações de Arthur Rocha e de sua obra pelos cronistas brancos, para melhor entender como as representações atribuídas a ele pelo Outro branco, marcaram a construção da sua identidade.

Achyllés Porto Alegre, um dos fundadores do Partenon Literário, ao escrever sobre José Rodrigues da Rocha, pai do dramaturgo Arthur Rocha, inicia dizendo que ele passaria completamente despercebido de todos se não tivesse sido pai de Arthur Rocha, e completa: “assim como há filhos que vivem da glória de seus pais, há pais que vivem da glória de seus filhos.” (PORTO ALEGRE, 1922, p. 26). Este cronista representou Arthur Rocha como “um rapaz moreno (...) oriundo de uma estirpe, por assim dizer, ainda primitiva, ou para usar de uma comparação original, mas exata, tendo ainda a “catinga da raça” (PORTO ALEGRE, 1922, p. 26). Essas representações estereotipadas do Outro negro podem ser entendidas na perspectiva de Ella Shohat e Robert Stam (2006) como uma gramática racista que usa de diversos mecanismos para inferiorizar o Outro afro-descendente. Neste caso, trata-se, possivelmente, da estratégia racista da afirmação de uma ausência, ou seja, os afro-descendentes não “cheiram bem”. Patrícia de Santana Pinho (2004) informa ainda, que o corpo dos negros (as) durante os mais de trezentos anos da escravidão foi representado como feio e grosseiro e associado ao fedor e a sujeira. O termo “catinga” transfere para o sujeito Arthur Rocha características animalizantes e assim naturaliza a diferença étnico-racial e justifica a desigualdade a ela associada. Ella Shohat e Robert Stam (2006) destacam que a “animalização” foi um mecanismo utilizado pelo discurso racista para “associar o colonizado a fatores vegetativos e instintivos em vez de associá-lo a aspectos culturais e intelectuais” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 201). Desde os primeiros contatos com os africanos, os

européus os declararam descendentes de Cam, condenados a serem eternamente “o servo dos servos” e a África, o cenário da selvageria. De acordo com Hall (1997) o discurso racista estrutura uma forte oposição entre a “civilização” (branca) e a “selvageria” (negra), associando a “raça branca” ao desenvolvimento intelectual, a conhecimento, a aprendizagem, a instituições e governos organizados e a “raça negra” a tudo que é instintivo e emocional, a falta de intelecto, a falta de “requinte civilizado”, a falta de instituições estruturadas enfim, a natureza. Conforme Stuart Hall (1997), a construção de oposições binárias é uma prática crucial para marcar as diferenças étnico-raciais. No entanto, o autor sublinha que esta capacidade do discurso racista, de construir o universo em opostos maniqueístas, eles e nós, primitivo e civilizado, encobre algo mais; “encobre as complexidades de sentimentos e atitudes, crenças e conceitos que sempre se negam a ser fixados e estabilizados tão nitidamente” (HALL, 1996b, p. 336-343).

O cronista Achylles Porto Alegre (1922) destacou ainda que “... Arthur Rocha procurava no figurino parisiense e no alfaiate, dar um ar de fidalguia a sua pessoa”. Neste sentido, o historiador Leo Spitzer (1980) salienta que a adoção de uma aparência formal entre negros e mestiços no século XIX, vestindo-se com distinção e incorporando a moda européia, eram fatores chave para sua admissão e mobilidade social na sociedade branca. Spitzer (1980) destaca que os negros e mulatos que pretendiam ascender socialmente geralmente “cortavam muito curto o cabelo, repartido do lado de acordo com a moda européia de então, desacentuando consciente ou inconscientemente a sua textura e o encaracolado, traços físicos ligados à raça” (SPITZER, 1980, p. 39-40). O cronista Athos Damasceno (1956), apresenta uma foto de Arthur Rocha de cabelos curtos e *pince-nez*, muito semelhante à conhecida imagem do escritor Machado de Assis e que corresponde a essa imagem mais europeizada e embranquecida dos mulatos no século XIX, como pode ser observado nas fotos abaixo:



Spitzer (1980) destaca ainda que, no Brasil, para ser aceito no mundo dos brancos, os negros e mulatos deveriam estudar a cultura européia, as línguas européias, falar e comportar-se como os europeus, afastando-se de todas as práticas culturais e religiosas dos afro-brasileiros. A elegância de Arthur Rocha foi destacada pelo cronista Múcio Teixeira (1921): “Arthur Rocha era um rapaz bonito e insinuante, moreno, alto, esbelto, fino (...) e elegante” (TEIXEIRA, 1921, p. 283). Outros cronistas, como Ari Martins (1978), destacaram que Arthur Rocha era um “mulato inteligente”, fazendo uma referência simultânea a sua cor e ao mesmo tempo a sua capacidade intelectual. Esta dupla natureza e as profundas ambivalências nas representações dos negros foram sublinhadas por Stuart Hall quando apontou que:

...as representações dos negros, em diferentes momentos exibem esta divisão, esta dupla estrutura. Os negros são simultaneamente leais, dependentes, infantis, quanto não confiáveis, imprevisíveis incertos; capazes de se tornarem vexatórios e de tramarem a traição logo que você vire as costas. (HALL, 1996b, p. 336-343).

David Brookshaw (1983) destaca que os afro-descendentes que buscavam ascensão social tinham que seguir uma “linha de comportamento” socialmente aceita, através da adoção “dos mesmos interesses e afinidades culturais de um branco (...), ao mesmo tempo em que implicitamente pediam desculpas por sua aparência “selvagem” (BROOKSHAW, 1983, p. 152)”. O branqueamento exigido para inclusão dos mulatos e negros no mundo dos brancos dava-se tanto pelo casamento inter-racial, como pelos costumes, pela adoção da cultura européia e de uma aparência que seguisse os padrões europeus. O branqueamento deve ser entendido aqui como uma exigência aos negros e mulatos, de adoção dos padrões da elite branca, para que fossem aceitos pela sociedade dominante. Esta linha de comportamento assinalada por Brookshaw parece ter sido compartilhada por outros intelectuais negros e mulatos no Brasil, como André

Rebouças, José do Patrocínio e Cruz e Souza, entre outros. No entanto, Brookshaw (1983) destaca que apesar de adotarem esta imagem que os brancos esperavam ver, os intelectuais negros e mulatos valiam-se da inserção na sociedade branca para produzir uma literatura que denunciava a desigualdade nas relações étnico-raciais e colocavam-se explicitamente contra o regime da escravidão. Portanto, vale destacar que o branqueamento, embora incentivado socialmente, era ressignificado pelos negros e mulatos, tornando-se uma estratégia para ocupar espaços na sociedade branca, o que do contrário lhes seria interdito.

Como destaca Stuart Hall (1996b), assim como o racismo possui mecanismos comuns no mundo inteiro, “em cada sociedade o racismo tem uma história específica que se apresenta de formas específicas, particulares e únicas e essas especificidades influenciam sua dinâmica e têm efeitos reais que diferem entre uma sociedade e outra.” (HALL, 1996b, p. 336-343). O autor destaca que aprendeu com os Estudos Culturais a não falar de racismo no singular e sim de racismos no plural.

Parece que são essas ambigüidades nas representações de intelectuais negros e mulatos pelos cronistas brancos, destacando sua capacidade intelectual, mas ao mesmo tempo marcando-os como inferiores, através das referências as suas características étnico-raciais diferentes, contribuem para tornar as relações étnico/raciais no Brasil tão singulares. As representações de Arthur Rocha pelos cronistas gaúchos revelaram esta ambigüidade, quando elogiaram sua capacidade como jornalista, orador, ator e dramaturgo, mas ao mesmo tempo sublinharam sua condição social e étnico-racial diferentes. O cronista Ari Martins (1941), ao comentar a obra de Arthur Rocha, destacou que a gramática quase perfeita que o dramaturgo utilizava na elaboração de suas peças, não era esperada de um escritor que era “filho de pais pobríssimos”.

Para Pery Borges (1961), Arthur Rocha só poderia participar como ator em papéis especiais, porque era “pardo”. Diz o cronista que: “Em sua primeira peça, ele tomou parte desempenhando o papel de Dr. Sérvulo, um pardo, talvez já escrito para ele mesmo” (BORGES, 1961, p. 15). De acordo com Hebe Maria de Castro (1995), durante a segunda metade do século XIX, a expressão “pardo” designaria todo escravo descendente de homem branco livre, assim como todos aqueles nascidos livres, com a marca da ascendência africana. A autora esclarece que a designação como pardos “dependia de um reconhecimento social de sua condição de livres, construída com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam” (CASTRO, 1995, p. 35). Arthur Rocha parece pertencer a este grupo minoritário de negros e mulatos que obtiveram

destaque no século XIX. Entretanto, seu contemporâneo, Júlio Soeiro (1890), destacou que:

“Em outro meio social (...) e com uma existência menos obumbrada pelas dificuldades inerentes ao homem que procura cumprir seus deveres de chefe de família, Arthur Rocha teria atingido a posição que outros não atingido, não sendo como ele, favorecidos de uma tão potente intelectualidade”. (SOEIRO, 1890, p. 109).

A falta de reconhecimento das obras dos intelectuais negros e mulatos no Brasil dos oitocentos foi apontada por muitos estudos. David Haberly (1983), por exemplo, sugere que a dificuldade de reconhecimento da obra de Cruz e Souza não estava na sua inquestionável genialidade, mas sim na sua negritude. De acordo com Brookshaw (1983), a sociedade branca não tolerava as possíveis críticas elaboradas nas narrativas de intelectuais negros e mulatos:

Os racistas brancos sempre se afligiram quando escritores negros ou “mestiços” não se sujeitavam ao que era esperado, isto é, quando tentavam desmascarar os valores destinados a refreá-los, quando produziam uma imagem que os brancos não queriam ver (BROOKSHAW, 1983, p. 164).

Também Joaquim Alves Torres (1905), cronista e teatrólogo, narrou um episódio vivenciado por Arthur, quando participava de uma festa do Partenon Literário em Porto Alegre, após ter encerrado a apresentação literária com “um belíssimo discurso”, aproximaram-se dele duas jovens e uma delas comentara que lastimava que “esse Arthur Rocha tão talentoso e inspirado, fosse um mulato.” Arthur Rocha, ao ouvir tal comentário, teria respondido que “talento não era privilégio dos brancos” (TORRES, 1905, p. 181).

Conforme Leo Spitzer (1980), estas experiências de racismo e exclusão vivenciadas pelos intelectuais negros e mulatos provocavam frequentemente uma tomada de consciência de sua posição marginal na sociedade branca e resultavam em crise pessoal e desabafos públicos. O autor comenta o episódio em que o engenheiro negro André Rebouças recusado assumir para um cargo em que demonstrava qualificação e sente-se deslocado, e posteriormente, após outros casos de discriminação, resolve exilar-se no continente africano. Para Leo Spitzer, André Rebouças sentiu-se

“entre dois mundos, e não pertencendo a lugar algum.”⁵

Um episódio semelhante, de discriminação étnico-racial, foi vivenciado pelo intelectual negro Arthur Rocha. Empregado como carteiro em 1876, foi promovido ao cargo de oficial da administração dos Correios em 1883 e nomeado como encarregado da agência postal de Rio Grande. Já consagrado dramaturgo e jornalista diretor do jornal *O Artista*, Arthur Rocha viu-se envolvido num desfalque de dezenas de contos de reis dos cofres públicos. Arthur Rocha foi detido⁶ em 1º de outubro de 1883, na própria agência, enquanto sua responsabilidade era averiguada. Como ninguém da cidade acreditava na culpa do dramaturgo, as principais figuras do partido Liberal de Rio Grande subscreveram grandes quantias para cobrir o desfalque. Também o deputado do Partido Conservador, adversário político de Arthur Rocha, Miranda Ribeiro Sobrinho, colocou a sua disposição a quantia de quinhentos mil réis. De acordo com Joaquim Alves Torres (1905), Arthur Rocha, diante da Comissão de Sindicância, assumiu o desfalque e não quis acusar nenhum de seus subordinados, mas ao seu pai, escreveu: “Onde está o mal, sei-o bem, mas a ninguém acuso, o responsável legal sou eu” (TORRES, 1905, p. 179). O resultado destes fatos foi sua exoneração dos correios, em 31 de dezembro de 1883. Achylles Porto Alegre (1922) afirma que o resultado da sindicância provou a inocência de Arthur Rocha e que “Augusto Totta achou a escrituração perfeita e o cofre da repartição com o saldo exato” (PORTO ALEGRE, 1922, p. 26). Embora tenha pesquisado nos arquivos dos correios, nos arquivos e bibliotecas públicas de Porto Alegre e Rio Grande, não encontrei as atas desta sindicância, nem mesmo os registros funcionais de Arthur Rocha.

Com certeza, Arthur Rocha sentiu-se bastante humilhado com esta situação. O episódio foi usado na imprensa pelo partido contrário ao dele. De acordo com Joaquim Alves Torres (1905), o desfalque acontecera porque Arthur Rocha havia delegado poderes a terceiros. Logo após sua prisão, seus amigos de Porto Alegre e de Rio Grande trataram de libertá-lo, mas ele “nunca mais foi aquele rapaz de alegria franca e de espírito humorístico como raros [...] sua alma se sentia dolorida da tremenda desgraça” (TORRES, 1905, p. 179).

⁵ A frase “Não pertencço a lugar nenhum e por toda parte sou um estranho” é atribuída ao romancista austríaco Stefan Zweig, judeu, exilado no Brasil entre 1941-1942. Ver Leo Spitzer (2001).

⁶ Não foi aberto processo criminal e talvez Arthur Rocha tenha sido preso em cela mantida pelos Correios. De acordo com Robert Conrad (1985), as instituições públicas naquela época, conservavam celas para deter “os escravos mantidos pela instituição” e que apresentavam “mau comportamento.”

Considerações Finais

Nesse trabalho analisei como alguns jornalistas, cronistas e literatos do final do século XIX representaram o intelectual negro Arthur Rocha. Essas representações são marcadas por estratégias do racismo científico que utilizava marcadores fenótipos como mecanismo que justificassem a exclusão do Outro. Neste sentido, mantinham-se para os negros e os mulatos os estigmas associados à escravidão. A cor da pele era fator de diferenciação social e étnico-racial e havia uma tendência a ver os negros livres, especialmente os de cor mais escura, como se fossem escravos. Vale destacar que, a aceitação social dentro do mundo dominante branco, era mais fácil para os mulatos de pele mais clara do que para os negros. Mas, como lembra Antônio Sérgio Guimarães (2003), era necessário que esses mulatos claros se identificassem com os círculos dominantes e que “manifestassem completa lealdade aos seus interesses e valores sociais” (GUIMARÃES, 2003, p. 41).

Foi particularmente no mundo das artes, da música, das letras e do teatro que alguns negros e mulatos do século XIX encontraram uma saída para penetrarem na sociedade brasileira racista e excludente. Este foi o caso *de* Arthur Rocha no final dos oitocentos. É importante destacar que esses intelectuais negros não participaram do aparato do Estado, mas permaneceram fora, como seus críticos, transformando editoriais jornalísticos em virtuais clubes políticos onde se encontravam para discutir assuntos da comunidade e políticas públicas. Eles obtiveram sucesso em conseguir mudanças nas leis, e não só ocuparam o espaço que lhes era permitido como o ampliaram. De acordo com o autor, “Nem a repressão nem a cooptação os silenciou” (GRAHAM, 1999).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Pery. Deus e a Natureza e seu Autor: notas recolhidas sobre o autor-dramático gaúcho. ARTHUR ROCHA. Rio de Janeiro: s/ed, 1961.

BROOKSHAW, David. Raça e cor na Literatura Brasileira. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das Cores do Silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista-século XIX. Rio de Janeiro: Biblioteca do Arquivo Nacional, 1995.

DAMASCENO, Athos. Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século XIX. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.

HABERLY, David. Tree Sad Races: racial identity and national consciousness in Brazilian Literature. Cambridge, 1983.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº. 24, 1996a.

HALL, Stuart. Race, culture, and communications: looking backward and forward at cultural studies. In STOREY, J. (ed.). What is Cultural Studies?, London, Arnold, 1996b, p. 336-343.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL(Org.) Representation. Cultural Representation and Signifying Practices. Sage/Open University: London/ Thousand Oaks/New Delhi, 1997.

MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1978.

PINHO, Patrícia de Santana. Reinvenção da África na Bahia. São Paulo: Annablume, 2004.

PORTO ALEGRE, Achylles. Noutros Tempos. Porto Alegre: Globo, 1922.

ROCHA, Arthur Rodrigues da. O Teatro de Arthur Rocha. Porto Alegre: Oficinas do Jornal A Federação, 1876.

ROCHA, Arthur Rodrigues da. O Teatro de Arthur Rocha. Porto Alegre: O teatro de Arthur Rocha. Porto Alegre: Tipografia Deustche Zeitung, 1879.

ROCHA, Arthur Rodrigues da. O Teatro de Arthur Rocha. Porto Alegre: Oficinas do Jornal do Comércio, 1884.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos Males da Dádiva: sobre as ambigüidades no processo da abolição brasileira. .In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHOHAT, Ella e STAM, Carlos. Crítica da Imagem Eurocêntrica. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação. 5ª ed. Porto Alegre: Vozes, 2003.

SILVA, Tomás Tadeu da. Documentos de Identidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

SKIDMORE, Tomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. (Trad. Raul de Sá Barbosa). 2a. Ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1976.

SKLIAR, Carlos e DUSCHATZKY, Silvia. O Nome dos Outros. Narrando a alteridade na cultura In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOEIRO, Julio. Arthur Rodrigues da Rocha. In: Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul. Editores Carlos Pinto & Comp; Sucessores, Porto Alegre, Pelotas,Rio Grande.1890. p. 108-110.

SPITZER, Leo. Assimilação, Marginalidade: Os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig.In: Estudos Afro-Asiáticos (3): Rio de Janeiro, CEEA, 1980, p. 35-61.

SPITZER, Leo. Vidas de Entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

TEIXEIRA, Múcio. Os Gaúchos. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo,1921.

TILL, Rodrigues. Três Vultos Marcados: Lobo da Costa-Arthur Rodrigues da Rocha-Fontoura Xavier. Ed. Flama. Porto Alegre, 1970.

TORRES, Joaquim Alves. Arthur Rocha. Almanaque Popular Brasileiro, 1905.

VIEIRA, Damasceno. Através do Rio da Prata, Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1890.